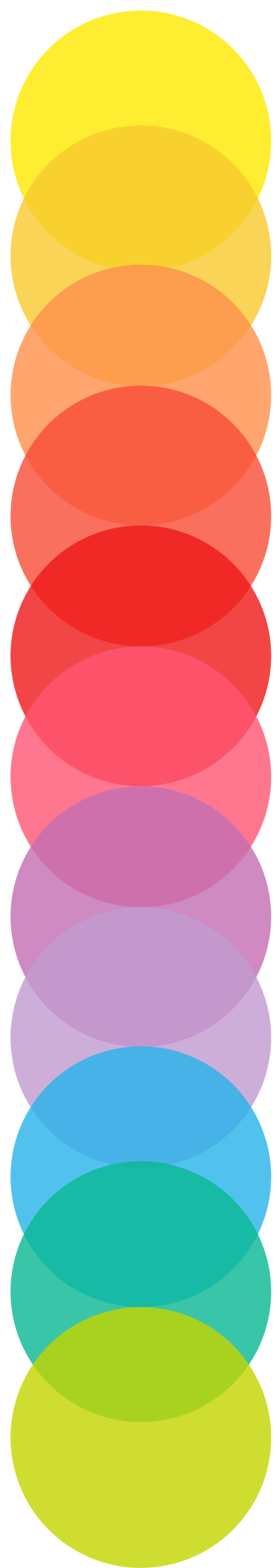


Braga Livre Construir Futuro

**Programa autárquico para
o concelho de Braga**
versão completa

AUTÁRQUICAS 2025





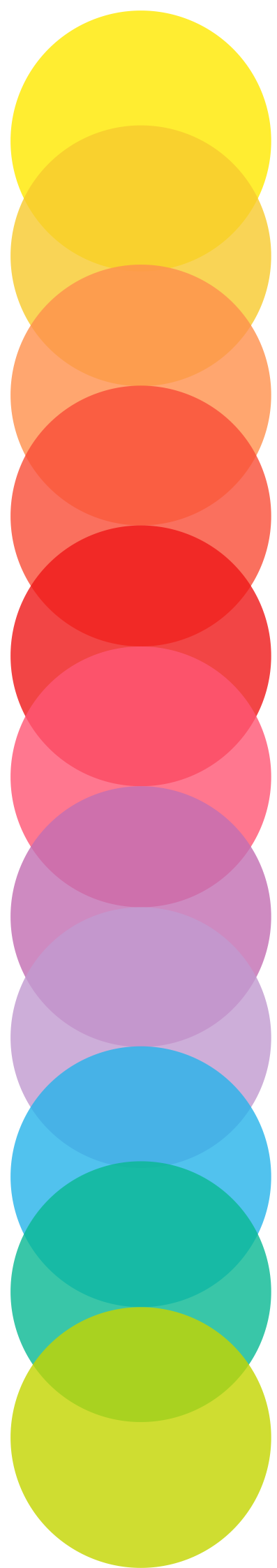
Braga Livre: Construir Futuro

Em Braga, o LIVRE constrói a sua candidatura às próximas eleições autárquicas sob o lema Construir Futuro.

Numa sociedade cada vez mais fragmentada e individualista, onde pensar e construir um futuro comum parece tão difícil, Braga não constitui uma exceção: é mesmo, sem dúvida, um dos lugares onde essa necessidade se torna mais premente. Nas últimas décadas, o município seguiu um modelo de 'desenvolvimento' que cedo revelou as suas limitações e fragilidades. As consequências desta opção são hoje bem visíveis nas desigualdades, no desequilíbrio territorial e numa qualidade de vida que se tem deteriorado para quem vive e trabalha em Braga. A candidatura do LIVRE à Câmara e à Assembleia Municipal de Braga apresenta um programa que rompe com este estado de coisas e propõe um novo horizonte: o da construção de um novo futuro comum.

Propomo-nos, assim, construir um futuro que valorize e proteja os bens naturais e culturais, que preserve o património enquanto expressão da memória coletiva e alicerce de uma história comum e que defenda o acesso universal aos serviços públicos. Só assim é possível resistir à mercantilização da vida e das pessoas e garantir a coesão social, a justiça e a inclusão de todos. Um futuro em que os munícipes decidem democraticamente o destino das suas vidas nas ruas, nos bairros, jardins e parques; onde se encontra livremente como comunidade.

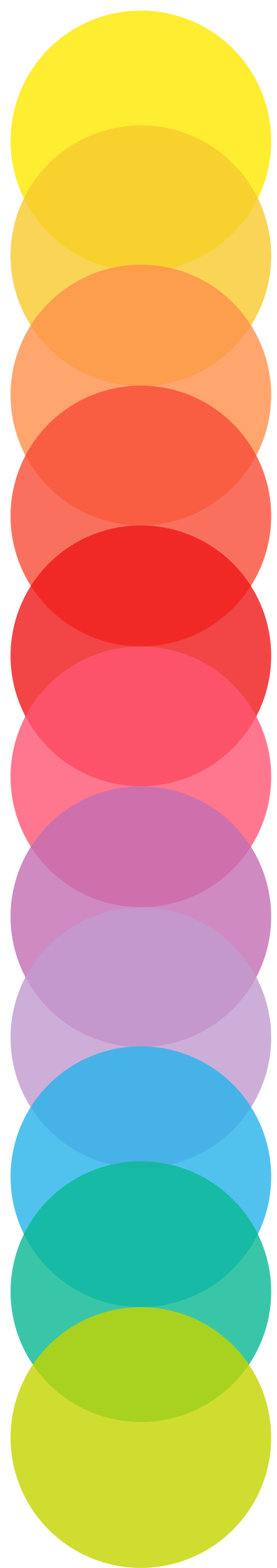
Construir um futuro comum implica redefinir a mobilidade, entendendo-a não apenas enquanto deslocação, mas como uma nova forma de habitar e viver a cidade. É urgente recuperar a proximidade perdida, recriando espaços de cultura, lazer, convivência e brincadeira que permitam às pessoas encontrar-se.



A edificação de um futuro comum exige a defesa firme dos serviços públicos, domínio em que o poder autárquico pode e deve desempenhar um papel determinante — especialmente no que respeita ao direito à habitação e ao acesso à saúde e à educação. É igualmente necessário reverter a privatização de serviços essenciais, como o abastecimento de água e o saneamento, devolvendo-os à gestão pública e democrática.

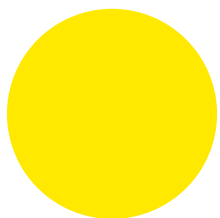
Neste novo futuro que propomos, a democratização da cultura e o reconhecimento da sua diversidade são fundamentais, pois a valorização e fruição cultural são dimensões essenciais da nossa humanidade e instrumentos de combate à segregação e à invisibilização social.

Construir democraticamente um futuro comum exige participação efetiva. Os órgãos autárquicos devem ser espaços de democracia viva, onde os cidadãos e cidadãs tenham voz efetiva nas decisões que moldam o seu quotidiano. O LIVRE propõe-se, por isso, promover formas de democracia mais próximas, inclusivas e participativas, capazes de gerar impacto direto na vida da comunidade. Em Braga, o LIVRE fará ouvir a voz de quem aqui vive e trabalha — e, com essa voz plural e livre, construiremos em conjunto um município que acredita e ousa construir futuros diferentes.



ÍNDICE

A. Ambiente e Estrutura verde	5
B. Habitação e Direitos Humanos	8
C. Mobilidade e Transportes	11
D. Cultura e Património	14
E. Economia Local e Transição Energética	16
F. Bem-estar Animal	18
G. Democracia e Cidadania	19



A.

Ambiente e Estrutura verde

Braga LIVRE para nos ligarmos à Natureza

Preservar os recursos naturais — ar, água, solo, biodiversidade e geodiversidade — é essencial para garantir um futuro comum, uma vez que deles dependemos para a obtenção de alimentos, energia e matérias-primas. No LIVRE, reconhecemos que é fundamental harmonizar os processos naturais com as necessidades humanas e, por isso, é importante reduzir o consumo, apostar na economia circular, renaturalizar paisagens e proteger ecossistemas.

Vivam as plantas, animais, fungos e tudo o mais!

1. Aumentar a área verde pública com variedades de espécies autóctones e tradicionais;
2. Desenvolver um plano de erradicação e controle de espécies invasoras nos espaços naturais do concelho;
3. Redução da utilização de pesticidas e opção por alternativas ambientalmente sustentáveis sempre que possível;
4. Elaboração de planos de apoio aos polinizadores através da substituição de relva e grama pela sementeira de um prado adequado nas áreas verdes públicas;
5. Criação de refúgios climáticos no espaço público, quer através de áreas arborizadas, quer com a possibilidade de recolhimento em edifícios frescos, como igrejas;
6. Apoiar a expansão de hortas urbanas e jardins agrícolas sustentáveis de diversas tipologias: familiares, comunitárias, escolares, outras;

7. Desenvolver um projeto-piloto de agricultura vertical num espaço da autarquia;

8. Incentivar a adoção de coberturas ajardinadas em novos edifícios ou em obras de remodelação de coberturas existentes;

9. Promover a criação e gestão de áreas florestais sustentáveis em articulação com os proprietários rurais e florestais do concelho;

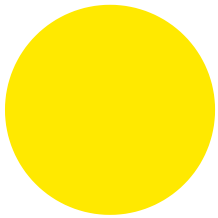
10. Priorizar o projeto do Parque das Sete Fontes, garantindo no imediato a intervenção da área que já se encontra sob administração municipal — cerca de 15 ha — a fim de erradicar as espécies invasoras aí existentes e possibilitar o seu usufruto por parte da população;

11. Criar novos espaços verdes dentro da cidade e em seu redor (jardins e parques), com destaque para a área da Quinta da Arcela e as margens do Rio Este na zona de Ferreiros/Lomar; reabilitação e preservação dos SacroMontes.

Dirige o teu olhar para o solo.

1. Na próxima revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), aumentar as áreas de Reserva Agrícola (RAN) e Reserva Ecológica (REN) municipais;

2. Realização de uma Carta Geológica e de uma Carta Geotécnica do concelho de Braga em colaboração com instituições científicas (Laboratório Nacional de Energia e Geologia e Universidade do Minho);



3. Elaboração de um plano com vista à recuperação das pedreiras abandonadas do concelho em articulação com proprietários e a secção de Massas Minerais (Pedreiras) da Direção Geral de Energia e Geologia;

4. Aumentar a área de solo permeável no concelho:

a. exigindo o cumprimento da lei no que respeita aos limites das áreas de impermeabilização do solo aquando da edificação de infraestruturas, equipamentos e habitações,

b. libertando áreas atualmente impermeabilizadas onde a reversão seja possível.

Nunca é demais dizer: sem água, não se pode viver!

1. Elaborar/prosseguir um programa de recuperação e renaturalização de diversos cursos de água, com destaque para o Rio Este e o Rio Torto e respetivos afluentes;

2. Criar a figura de guarda-rios;

3. Remunicipalizar a AGERE, devolvendo aos cidadãos a exploração e distribuição da água, bem natural comum essencial à vida que deve ser administrado pelo poder autárquico e nunca mercantilizado, para que:

a. seja possível a descida dos preços praticados pelos serviços prestados,

b. se melhore e seja mais frequente a limpeza de contentores de lixo e áreas circundantes, ruas, passeios e arruamentos,

c. o sistema de abastecimento de água seja mais resiliente,

d. se possa estabelecer uma rede de rega concelhia.

4. Promover medidas com vista ao uso responsável da água nos setores público e privado (consumo de água da torneira, escolha de plantas adaptadas ao clima local em jardins públicos, implementação de um sistema de captação de água pluviais para rega ou outros usos que não o consumo).

E, já agora, acabar com a poluição...

1. Com a remunicipalização da AGERE, mudar o paradigma da recolha e do tratamento do lixo, promovendo práticas que conduzam à sua redução e separação, ao consumo responsável e à economia circular, ao mesmo tempo que mantenham o município limpo, nomeadamente:

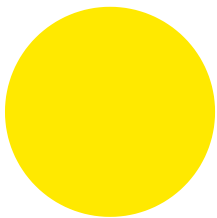
a. substituindo a atual Taxa de Gestão de Resíduos por um sistema “pague-o-que-produzir” de modo a desincentivar a produção de resíduos indiferenciados e mobilizar os cidadãos para a separação seletiva,

b. Implementando a recolha porta-a-porta do lixo orgânico,

c. promovendo a criação de centros de compostagem comunitários,

d. implementando um programa de erradicação das lixeiras ilegais.

2. Criar redes de monitorização da qualidade do ar e do ruído, principalmente nas avenidas da cidade com maior intensidade de trânsito automóvel e em áreas industriais;

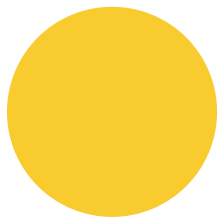


3. Construir uma estratégia de combate à poluição luminosa e visual com vista à limitação de publicidade no espaço público (redução de outdoors e MUPIs, entre outros) e à implementação progressiva de iluminação através de LED no espaço público;

4. Promover a redução do uso de plástico descartável nomeadamente em embalagens, copos e talheres de plástico, substituindo-os, sempre que possível, pela utilização de utensílios reutilizáveis e/ou recicláveis;

5. Combater o desperdício alimentar local, fomentando a ligação entre estabelecimentos comerciais, associações e cidadãos de acordo com a Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar;

6. Promover a desconstrução e reutilização de elementos construtivos.



B.

Habitação e Direitos Humanos

Braga LIVRE para sermos mais Justos e Solidários

O Estado Social é fundamental para assegurar uma sociedade mais justa e coesa. No LIVRE, defendemos que isso só pode ser alcançado através de políticas públicas que permitam combater as desigualdades sociais e económicas, garantindo a todos o acesso à saúde, à habitação e à educação. Compete ainda às autarquias assegurar que os Direitos Humanos e a dignidade de cada pessoa são sempre respeitados, garantindo que todas as pessoas têm acesso digno aos serviços públicos, à participação cívica em liberdade e à proteção contra qualquer forma de violência, exclusão e discriminação. Ao assumir estas responsabilidades, o poder local não só responde às necessidades imediatas da comunidade, como reforça igualmente a coesão social e a confiança democrática.

A habitação é direito, não é privilégio.

1. Estabelecer um programa habitacional municipal que permita a médio prazo alcançar, pelo menos, 10% de habitação pública;
2. Assegurar a gestão pública de imóveis para arrendamento, aumentando o parque habitacional público e combatendo a segregação;
3. Incentivar a criação de habitação através da economia cooperativa, apoiando cooperativas habitacionais, de autoconstrução e habitação evolutiva e compacta, nomeadamente, através da cedência de terrenos e isenção de taxas;

4. Promover um mercado de arrendamento público a preços compatíveis com os rendimentos médios da população;

5. Promover o apoio do arrendamento com rendas acessíveis e contratos de longa duração, nomeadamente nos bairros históricos, de modo a combater a sua gentrificação;

6. Penalizar fiscalmente através do IMI as habitações devolutas;

7. Reabilitar imóveis públicos para fins habitacionais;

8. Criar programas de incentivo ao alojamento intergeracional gracioso;

9. Apoiar a criação de associações e assembleias de moradores;

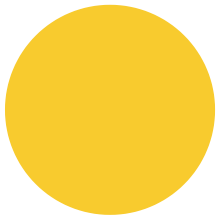
10. Criar residências universitárias privilegiando espaços pertencentes ao Estado, tanto a nível local como nacional;

11. Regulamentar e regular a atividade do Alojamento Local, estabelecendo limites à sua criação.

Vamos tratar-te da saúde!

1. Aproximar o SNS das populações, de modo a permitir uma resposta mais eficaz às suas necessidades e combater o isolamento dos mais vulneráveis, nomeadamente os idosos:

- a. criação de equipas multidisciplinares nos serviços da autarquia, com especial atenção para a saúde mental,



b. acompanhamento da saúde e bem-estar das pessoas mais velhas e doentes em situação de isolamento, designadamente no que toca às necessidades de deslocações, por intermédio de equipas multidisciplinares e, sempre que possível, em colaboração com os familiares.

2. Promover o exercício físico, com investimento no desenvolvimento de modalidades desportivas profissionalizantes e de competição, e em estreita articulação com as escolas.

A escola de hoje a preparar futuros.

1. Criar condições que garantam o pleno direito à educação desde a primeira infância (quatro meses de idade), disponibilizando lugares suficientes em creches;

2. Garantir que nenhuma criança ou jovem fica excluído acesso a atividades extra-letivas, (visitas de estudo, idas a espetáculos e outras) por razões socio-económicas;

3. Assegurar o ensino inclusivo, com destaque para o dirigido a alunos com 'necessidades educativas especiais', recorrendo a programas e atividades que incentivem o desenvolvimento saudável e integral de todas as crianças;

4. Investir em infraestruturas e equipamentos pedagógicos que sejam bons coadjuvantes no processo de ensino/aprendizagem;

5. Valorização das artes performativas, como música, teatro, artes cénicas e outras, e da prática desportiva e do exercício físico;

6. Promover a educação e formação ao longo da vida, tanto em contexto formal como não formal, apoiando instituições e associações que disponibilizem oferta neste contexto;

7. Fomentar o exercício da cidadania das crianças e jovens na vida escolar e na da comunidade, sensibilizando-os para questões relativas aos vários tipos de discriminações (étnico-raciais, de género, de orientação sexual, sociais, económicas, idade, pessoas portadoras de deficiência...) e à necessidade de práticas de inclusão;

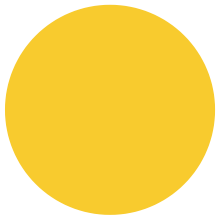
8. Apoiar e promover o conhecimento da história e do património do concelho de Braga em articulação com museus, palácios, monumentos e bibliotecas;

9. Promover a educação rodoviária com vista à utilização dos transportes públicos e às deslocações a pé de crianças e adolescentes, sempre que possível;

10. Criar mapas com as escolas secundárias a fim de promover a independência dos jovens no que diz respeito à sua mobilidade;

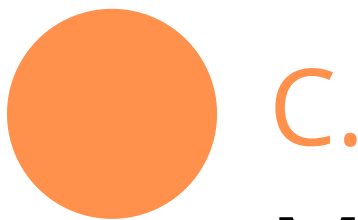
11. Promover a abertura do meio escolar enquanto espaço integrado na comunidade, de modo a permitir o envolvimento de cidadãos, associações e instituições exteriores ao contexto escolar oficial, ao mesmo tempo que se leva a sala de aulas para fora da escola;

12. Facilitar a articulação entre as escolas e espaços culturais (biblioteca, museus...), naturais (hortas, jardins, parques, quintas pedagógicas...) e científicos (UM, INL, IPCA).



A liberdade tem que passar por aqui!

1. Fazer da luta contra a violência doméstica uma prioridade do município, aprofundando a articulação entre as autoridades policiais, judiciárias e Organizações Não Governamentais (ONG);
2. Criar um Plano Municipal de apoio a pessoas sem abrigo, em situação de pobreza e exclusão social, através de programas como o Housing First e capacitando-as para a construção de um projeto de vida;
3. Estabelecer como prioritário o combate no município a todo o tipo de discriminações (étnico-raciais, de género, de orientação sexual, sociais, económicas, idade, pessoas portadoras de deficiência...), em articulação com instituições municipais, empresas privadas, associações de cidadãos e ONG;
4. Criar um Plano Municipal de acolhimento de migrantes e inscrever Braga na rede internacional de cidades refúgio;
5. Envolver ONG e empresas de Braga na inserção profissional das pessoas sem abrigo, em situação de pobreza e exclusão social, migrantes e refugiados;
6. Implementar um projeto-piloto de Rendimento Básico Incondicional (RBI) no território concelhio em articulação com centros de investigação e a Associação RBI-Portugal.



Mobilidade e Transportes

Braga LIVRE para nos Movermos

Para o LIVRE, a mobilidade não se resume a construir infraestruturas ou sistemas de transporte: significa criar uma nova forma de viver o espaço público que é comum e, por isso, deve ser partilhado, independentemente das circunstâncias sociais, económicas, políticas e físicas de cada pessoa. É fundamental democratizar o espaço público, através da criação de meios alternativos de mobilidade que permitam aos bracarenses usufruírem de uma maior liberdade num município que é de todos. É necessário um plano de mobilidade com uma visão a longo prazo que contemple uma rede de transporte que chegue a todas as freguesias, com prioridade para transportes públicos, ciclovias e percursos pedonais. E é necessário criar novas centralidades no concelho que permitam o acesso mais fácil e rápido a serviços, comércio, trabalho, áreas verdes a partir da nossa casa.

Mais movimento, mais encontros, maior liberdade.

1. Elaborar um Plano Municipal de Mobilidade, que privilegie uma visão integradora da mobilidade e transportes, contemplando os diversos modos de mobilidade, a ocupação do espaço público e a diversidade de freguesias da cidade;

2. Implementar a partilha do espaço que é atualmente dedicado quase em exclusivo ao automóvel através da criação de corredores para o transporte público coletivo (corredores BUS) e do aumento de ciclovias e passeios;

3. Reformular a rede dos TUB de modo a permitir a deslocação a partir do maior número possível de origens para o maior número possível de destinos (ligação direta entre os extremos da rede, vários destinos com a mesma origem, sobreposição de linhas) com rapidez, conforto e pontualidade;

4. Aumentar a disponibilidade horária dos TUB, com destaque para as linhas noturnas de aos fins-de-semana, promover a redução do número de transbordos e modernizar os sistemas de pagamento;

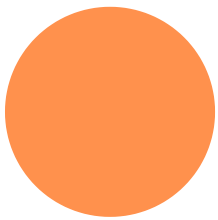
5. Reposicionar e requalificar os pontos de paragem e as infraestruturas das paragens dos TUB (mais eficazes, confortáveis e seguras; criação de estacionamento para bicicletas);

6. Reformular os títulos de transporte dos TUB, tornando-os mais acessíveis a todos os cidadãos e criando diversas tipologias (diários, fim-de-semana, semanais, etc.);

7. Modernizar a frota de autocarros dos TUB de forma faseada para que se torne mais ecológica e garanta a acessibilidade por todos sem exceção;

8. Disponibilizar informação clara e inclusiva para qualquer cidadão acerca da rede, percursos e horários, tanto nas paragens das linhas dos TUB como noutros suportes;

9. Articular os TUB com os transportes dos concelhos vizinhos, o transporte ferroviário e zonas de estacionamento para veículos automóveis na periferia geográfica da cidade;



10. Criar o passe gratuito para todos os residentes, com a duração de um ano, promovendo a utilização do transporte público;

11. Implementar ciclovias segregadas nas principais avenidas e ruas com largura suficiente, de modo a impulsionar uma rede ciclável em articulação com o transporte público coletivo e acompanhada pela criação de estacionamento adequados para bicicletas nos pontos de articulação;

12. Priorizar o estabelecimento dos principais eixos para uma rede ciclável, como, por exemplo, o estabelecimento do eixo entre a estação de comboios, o centro da cidade e o Campus de Gualtar da Universidade do Minho;

13. Criar um sistema municipal de bicicletas partilhadas;

14. Criar uma rede de passeios e percursos pedestres acessíveis no concelho;

15. Promover a segurança rodoviária e reduzir a sinistralidade implementando a Visão Zero através da redução dos limites de velocidade e do aumento do número e área de zonas com circulação a 20 e 30 km/h e pedonais, privilegiando zonas habitacionais e estabelecendo como regra a prioridade para peões e bicicletas e colocando radares de velocidade em locais estratégicos da cidade;

16. Criar um programa-piloto em conjunto com as empresas que permita passes mensais para os trabalhadores a preços reduzidos;

17. Compatibilizar horários e rotas dos TUB com os horários das empresas;

18. Criar um sistema de entregas de mercadorias na zona central pedonal da cidade com vista à redução do trânsito de veículos de transporte neste local, especialmente nas horas de ponta;

19. Cumprir a Lei das Acessibilidades na via e edifícios públicos;

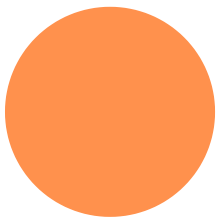
20. Eliminar as passagens pedonais desniveladas e favorecer as passagens pedonais de nível acessíveis a todos;

21. Aumentar a fiscalização da Polícia Municipal relativamente aos estacionamento e às cargas e descargas fora do horário previsto;

22. Promover o quadrilátero ferroviário minhoto, através de uma rede integrada ferroviária que permita a criação de novas ligações entre Braga, Guimarães, Barcelos e Famalicão;

23. Criar novas centralidades no concelho promovendo a coexistência de serviços, comércio, trabalho e habitação tanto em zonas consolidadas como em novas, de modo a que as necessidades do dia-a-dia sejam asseguradas na rua, no bairro e/ou na freguesia ('Cidade dos 15 Minutos');

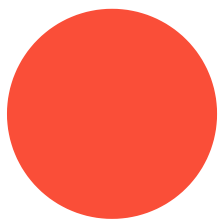
24. Criar e/ou revitalizar locais de encontro que possam ser usados por todos os cidadãos ao nível da rua, do bairro e/ou da freguesia: áreas verdes, jardins, praças, espaços de lazer e cultura;



25. Criar o dia “Braga na rua”, com periodicidade mensal, interditando o trânsito motorizado em determinada rua da cidade de Braga, promovendo o encontro das pessoas e o aproveitamento do espaço público para a realização de qualquer atividade comunitária e/ou cultural;

26. Aderir à rede internacional “Cidades das Crianças”, que promove a participação das crianças nas decisões que dizem respeito à sua vida no espaço público, contribuindo assim para a sua autonomia e direito a brincar;

27. Fazer cumprir os limites de velocidade estabelecidos nas Avenidas António Macedo, Padre Júlio Fragata e Frei Bartolomeu dos Mártires.



D.

Cultura e Património

Braga LIVRE para Criarmos

A cultura e o património cultural locais são para o LIVRE um pilar da democracia. A proteção do património material e imaterial são fundamentais para a preservação da memória coletiva e um contributo valioso para a (re)construção da História. Já o acesso, a participação e a criação cultural e artística deve ser democrática, sendo as autarquias um espaço privilegiado para o seu desenvolvimento.

A cultura é para comer!

1. Criar a “Casa de Criação”, espaço cívico e cultural aberto à comunidade, potenciando a criação artística diversificada e democratizando o acesso à cultura e à participação cidadã, destacando-se ainda este espaço como promessa de inclusão de imigrantes das mais diversas origens.

2. Efetivar o envolvimento dos agentes culturais locais na definição de políticas culturais.

3. Criar bolsas plurianuais destinadas à produção cultural no município e financiadas pelo orçamento municipal.

4. Criar/disponibilizar espaços públicos para uso livre de associações culturais através, por exemplo, da requalificação de espaços não utilizados ou subutilizados em diversos locais da autarquia.

5. Apoiar eventos culturais em articulação com grupos de cidadãos, associações, escolas em diversos espaços municipais (auditórios, bibliotecas, jardins e praças públicos).

6. Implementar um programa de capacitação e ajuda às associações locais para acesso a financiamento da União Europeia.

7. Criar bibliotecas ao ar livre e itinerantes em articulação com um programa de entrega de livros em casa a pedido dos leitores.

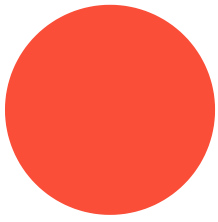
8. Criar uma ‘Universidade da Cidade’ em cooperação com a Universidade do Minho, o Instituto Politécnico do Cávado e Ave e o Instituto de Nanotecnologia que funcionará como uma escola de extensão com oferta de cursos livres, seminários e palestras destinados aos cidadãos.

9. Promover a dinamização de eventos relacionados com a biodiversidade e geodiversidade do concelho, e de observação astronómica em parceria com a Universidade do Minho, Instituto Politécnico do Cávado e Ave e o Instituto de Nanotecnologia e ONG.

10. Criar uma Rede de Consultores do Conhecimento que contemple elementos dos centros de investigação locais e que ajude a sustentar decisões políticas no conhecimento científico, filosófico e artístico;

11. Identificar, inventariar e cadastrar o património histórico e arquitetónico do edificado urbano e rural do concelho;

12. Criar uma base de dados consultável pelos cidadãos que reúna informação dispersa sobre o património histórico e cultural do concelho;



13. Promover a divulgação, em formato digital e de fácil acesso, da atividade cultural e do património material e imaterial do concelho, assim como informação acerca de associações culturais, científicas e artísticas;

14. Implementar programas de promoção do património local especialmente destinados aos cidadãos locais (com destaque para os mais idosos e os mais jovens): visitas guiadas, pequenas exposições descentralizadas, ações de rua;

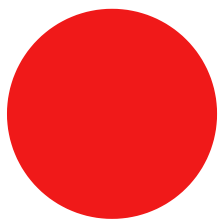
15. Contrariar a política do neo-fachadismo, que leva à perda de muitos elementos da arquitetura original, com destaque para pinturas murais, trabalhos em estuque, vitrais, claraboias,...);

16. Proteger e valorizar o Estado 1º de Maio e Zona Especial de Proteção (ZEP) envolvente;

17. Concluir as obras de musealização da Insula das Carvalheiras e sua abertura à população;

18. Defender o restauro e preservação do espaço do Recolhimento das Convertidas, honrando a memória das mulheres que aí viveram a reabilitando-o como espaço cultural para usufruto da comunidade;

19. Promover a divulgação do Banco Português de Germoplasma Vegetal e pugnar para que esta instituição de investigação receba a atenção que merece por parte do poder central, em particular, dotando-a do quadro técnico e dos recursos financeiros necessários à realização do seu trabalho;



E.

Economia Local e Transição Energética

Braga LIVRE para sermos mais Ecológicos

No LIVRE, acreditamos que o futuro do desenvolvimento local assenta numa economia de cooperação e solidariedade em que a inovação, o conhecimento e o cuidado ambiental seguem a par e passo e em que ninguém fica para trás.

Conhecer, inovar, cooperar.

1. Incentivar a utilização de energia elétrica gerada a partir de fontes renováveis:

- a. dotando edifícios e infraestruturas públicas de meios para a produção de energias renováveis com vista ao auto-fornecimento,
- b. promovendo a formação de cooperativas de produtores de energia e a criação de Comunidades de Energia Renováveis (CER) no concelho com o necessário apoio no acesso a informação técnica e financeira relacionadas com a sua criação,
- c. fomentando a participação de cooperativas e CER na estratégia de luta contra a pobreza energética,
- d. sempre que possível, fornecendo energia aos edifícios públicos através de cooperativas.

2. Estabelecer um regime de adoção de critérios de eficiência energética em novos edifícios, assim como na sua reconstrução e reabilitação;

3. Apoiar a reabilitação das habitações privadas de modo a garantir o combate à pobreza energética;

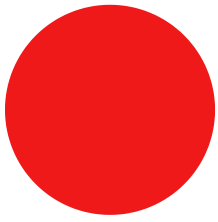
4. Estabelecer um regime de adoção de critérios de sustentabilidade energética e ambiental na construção e reabilitação de edifícios, infraestruturas e outros equipamentos;

5. Apoiar o desenvolvimento de cooperativas e empresas que promovam a produção e consumo sustentável de bens e/ou serviços produzidos a nível local através de apoios à fixação no concelho:

- a. simplificação de processos burocráticos,
- b. facilitação na atribuição de espaços de trabalho, por exemplo, através da requalificação de espaços não utilizados em diversos locais da autarquia,
- c. criação de incentivos fiscais (diminuição do IMI e derrama na fase inicial de atividade),
- d. facilitação da articulação com centros de investigação da Universidade do Minho, Instituto Politécnico do Cávado e Ave e Instituto de Nanotecnologia;

6. Apoiar o comércio local em detrimento da aposta em grandes superfícies comerciais:

- a. através da qualificação dos espaços públicos em áreas de importância estratégica para o desenvolvimento do comércio de rua,
- b. com a recuperação de marcas históricas desaparecidas,
- c. com a criação de marca local atribuída a produtos e/ou serviços desenvolvidos do concelho,

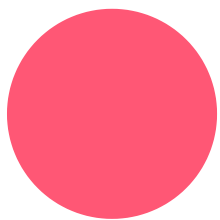


d. a qualificação dos Mercados Municipais em articulação com a marca e os produtos locais.

7. Incentivar o modo de produção biológica na agricultura e pecuária, fomentando as práticas ancestrais de cultivo combinadas com a difusão do conhecimento científico e tecnológico;

8. Estimular a produção e o consumo locais, incentivando as cadeias de consumo curtas e fomentando a dinâmica económica interna;

9. Tornar Braga uma referência municipal no que respeita a compras e contratações públicas socialmente e ecologicamente responsáveis (Social e Green Procurement).



F.

Bem-estar Animal

Braga LIVRE para a Proteção Animal

O LIVRE, reconhece o valor intrínseco da vida de todos os animais, conforme afirma a Declaração Universal dos Direitos do Animal. Defendemos, por isso, a prevenção de qualquer ação humana que os utilize para fins fúteis e afirmamos o compromisso com uma relação ética entre animais humanos e não humanos."

Dos outros Animais...

1. Garantir a independência do Provedor Municipal dos animais, dotando esta figura de orçamento, meios humanos e materiais adequados à implementação de uma estratégia de bem-estar animal;

2. Iniciar a construção do novo CRO (Centro de Recolha Oficial Animal) – que deve ficar sob tutela do município através da figura do Provedor Animal – que deve contemplar no mínimo 100 *boxes* para cães e um gatil com acesso ao espaço exterior;

3. Criar no novo CRO um centro veterinário de atendimento permanente sem custos para animais errantes e para animais pertencentes a famílias em situação de carência económica;

4. Aumentar o financiamento do programa CED (Captura, Esterilização, Devolução) já existente em colaboração com as associações zoófilas do município;

5. Reforçar o acesso gratuito ou a baixo custo a consultas e tratamentos veterinários, nomeadamente desparasitação, vacinação, esterilização e colocação de chip, aos animais de companhia de pessoas ou famílias carenciadas do município;

6. Desenvolver programas locais de identificação, acompanhamento e monitorização de animais de companhia errantes, previamente esterilizados e desparasitados, em coordenação com o veterinário municipal e as associações zoófilas;

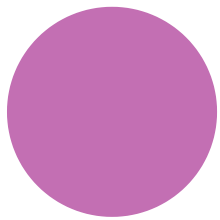
7. Implementar um projeto-piloto de construção de abrigos municipais para colónias de gatos errantes seguindo o modelo da Casa dos Gatos implementado na freguesia de São Victor;

8. Dotar o território municipal de espaços ao ar livre devidamente localizados e equipados que possibilitem a sua utilização pelos animais de companhia e respetivos donos;

9. Criar um registo informático de todos os animais de companhia registados nas freguesias para que, em caso de perda ou abandono, seja possível identificar os seus detentores;

10. Realizar campanhas alertando para a importância da vacinação, esterilização e não abandono dos animais de companhia;

11. Realizar campanhas de sensibilização relativas ao bem-estar animal, incluindo o contexto de 'produção animal' local.



G.

Democracia e Cidadania

Braga LIVRE para Construir Futuro

Acreditamos numa democracia viva, onde cada cidadão tem voz nas decisões que moldam a vida em comunidade. As autarquias são o terreno onde podemos experimentar uma democracia mais próxima, inclusiva e participativa, capaz de transformar diretamente a vida das pessoas. Novas formas de participação devem dialogar com as instituições representativas e com toda a sociedade civil — movimentos de cidadania, organizações e coletividades — construindo juntos um futuro mais justo e participativo.

Participa e constrói o futuro... com o LIVRE.

1. Implementar um programa de fomento de participação cidadã na decisão política local através de uma diversidade de instrumentos: referendos, orçamentos participativos, assembleias cidadãs;

2. Integrar os cidadãos na conceção, desenvolvimento e concretização de atividades e estratégias locais como, por exemplo, planeamento da rua e/ou do bairro, mobilidade e acessibilidade, programação cultural, entre outros;

3. Promover a comunicação entre os representantes da autarquia e os cidadãos:

a. criar uma página web própria para a Assembleia Municipal de Braga que permita a interação,

b. implementar encontros regulares presenciais e/ou online,

c. organizar sessões de conversas LIVRES com associações, coletividades e cidadãos dedicadas a temáticas diversas;

4. Promover a adesão a redes europeias e globais de cidades progressistas, assumindo o municipalismo enquanto local privilegiado para experimentar novas soluções e ideias, como parte estruturante do projeto europeu, como é o caso das *Municipalities in Transition* (Municípios em Transição);

5. Democratizar a participação cidadã nos atuais órgãos municipais, nomeadamente:

a. reunindo em diversos locais de fácil acesso a todos os cidadãos, seja a pé, de bicicleta ou transportes públicos,

b. realizando as sessões autárquicas em várias localidades do concelho com inclusão de temas de importância local,

c. facilitando as intervenções do público nas Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia, com a possibilidade de intervir online e podendo tomar o uso da palavra no início, a meio ou no final.

6. Apostar na transição dos sistemas digitais proprietários para soluções baseadas em software livre. O dinheiro poupado em licenças deve ser aplicado em serviços de desenvolvimento, manutenção e formação;

7. Promover a utilização de apps de sensorização e monitorização de dados públicos relevantes (qualidade do ar, qualidade da água, ruído, parâmetros de mobilidade, património edificado, biodiversidade, geodiversidade) e disponibilização dos dados numa plataforma de dados aberta;

8. Disponibilizar rede wifi pública de qualidade.